



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: um debate no campo da organização profissional

Ana Lole

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Assistente Social e Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: analole@gmail.com

Carla Cristina Lima de Almeida

Assistente Social, Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestrado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pós-doutorado no Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU/UNICAMP). E-mail: carlacristina.almeida@yahoo.com.br

Telefone: (21) 99714-5381 (Ana Lole)

Natureza do trabalho: Resultado de pesquisa

EIXO VII:

SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO E SEXUALIDADES.

TEMA: Gênero



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: um debate no campo da organização profissional

Resumo: Nesse artigo apresentamos as incidências da análise de gênero no Serviço Social no campo da organização profissional. As pistas e indícios capturados mostram que o debate sobre a formação profissional não está dissociado das estratégias de organização profissional que vem incorporando, na atualidade, o gênero na agenda do Serviço Social numa perspectiva crítica.

Palavras-chave: Gênero. Serviço Social. Organização Profissional. Formação Profissional.

Abstract: This paper presents the incidences of gender analysis in Social Work, considering the field of professional organization. The tracks and evidence caught show that the debate of professional qualification is not disassociated of professional organization strategies which incorporate, currently, gender in Social Work agenda in a critical perspective.

Keywords: Gender. Social Work. Professional Organization. Professional Qualification.

1. Introdução

Nesse artigo apresentamos uma reflexão sobre as incidências da análise de gênero no Serviço Social nos últimos anos a partir da observação de que as entidades organizativas da profissão, no campo da formação (ABEPSS) e do exercício profissional (CFESS/CRESS), vem apresentando alguns elementos instigantes à apreensão do debate de gênero no Serviço Social na atualidade.

Serão apresentados indícios de que na última década foram buscadas algumas conexões entre o Serviço Social e os estudos de gênero e feministas, reforçando a perspectiva hegemônica do Projeto Ético-Político no Serviço Social.

2. O debate de gênero no campo da organização da categoria

Com o processo de superação do conservadorismo no Serviço Social brasileiro, desencadeado em meados dos anos de 1970, os Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Serviço Social passam a desempenhar papel importante na afirmação do projeto ético-político profissional. Denominadas como conjunto CFESS/CRESS, as entidades tem



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



adquirido relevância não apenas no âmbito do exercício profissional, como também da formação.

Isto pode ser observado a partir das regulamentações produzidas por essas entidades em torno, por exemplo, do estágio supervisionado¹. Tais medidas constituem importantes iniciativas para a fiscalização e controle do exercício profissional, além de difusão de conteúdos do trabalho afinados com o Projeto Ético-Político, estratégias fundamentais na disputa pela hegemonia. Com suas ações de regulação do exercício profissional via estágio supervisionado, adquirem um papel indutor de práticas acadêmicas, que passam a sofrer ajustes em função de tais medidas.

A situação poderia ser tratada a partir de muitos ângulos, tais como a precarização do trabalho profissional; o crescimento da iniciativa privada na formação dos assistentes sociais, entre outros. Para o propósito do nosso estudo, entretanto, cumpre destacar nesse fenômeno a importância que as entidades vêm desempenhando no âmbito da formação profissional com implicações para a legitimidade das questões de gênero no Serviço Social.

As zonas de influências entre as entidades e as IES (Instituições de Ensino Superior) podem ser percebidas, de modo menos explícito e formal como o citado acima, porém com igual eficácia em outros tipos de relações. Poderíamos elencar, por exemplo, a participação de docentes das unidades de ensino a frente dessas entidades, ou ainda as iniciativas de formação dos profissionais que contam com importante parceria das unidades acadêmicas.

Nessa direção, também ocorrem confluências entre as entidades voltadas para o campo da formação (ABEPSS) e do exercício profissional (CFESS/CRESS). Por esse motivo, avaliamos que o debate sobre a formação profissional não está dissociado das estratégias de organização profissional. Para tanto, buscamos observar indícios da questão do gênero nessas instâncias de debate e organização das matérias relacionadas ao Serviço Social, que apresentam nos últimos tempos alguns elementos instigantes à apreensão do debate de gênero no Serviço social.

Essas movimentações expressam dinâmicas em torno da luta pela hegemonia no cenário profissional. Evidenciando que as relações de gênero integram as relações sociais fundamentais, de natureza antagônica, levando-nos ao reconhecimento de que sua existência supõe lutas e embates permanentes, com vistas à exploração/dominação coletiva de sujeitos integrantes da classe e das categorias subalternizadas. No sentido gramsciano, a construção de uma contra-hegemonia revela-se quando ocorre:

¹ Aqui destacamos a Resolução n. 533 do CFESS (2008) que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010).



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

[...] a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em 'partido', entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (GRAMSCI, 2011, p. 41).

No âmbito da ABEPSS, entidade ligada à construção de uma formação profissional crítica, consideramos que a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) pode indicar indícios de fortalecimento do debate de gênero no Serviço Social.

Os GTPs foram constituídos como núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade. Os GTPs possuem sete eixos temáticos estruturantes que comportam dimensões diferenciadas e transversais, a saber: 1. Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2. Política Social e Serviço Social; 3. Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 4. Movimentos Sociais e Serviço Social; 5. Questões Agrárias, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 6. Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades; 7. Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

Esses eixos são organicamente articulados e, entre as finalidades dos GTPs está a contribuição com a construção de uma agenda de pesquisa voltada para as temáticas que expresse as necessidades e os interesses da profissão. Desta forma, a essência dos referidos grupos está em:

[...] romper com possíveis situações de isolamento dos pesquisadores e de suas produções, coletivizar debates de ponta, pautar temas relevantes, incidir na mudança das subáreas hoje vigentes na CAPES e no CNPq [...], alimentar o debate da formação e do exercício profissionais, alimentar as publicações da área, estimular a organização de redes de pesquisa, fomentar a articulação com a pesquisa desenvolvida por UFAs e instituições de pesquisa na América Latina, África e demais continentes, constituir os eixos estruturadores do ENPESS, dentre outras possibilidades. (ABEPSS, 2009, p. 5).

Destacamos um aspecto fundamental que perpassa o debate em todos os GTPs que é a vinculação entre o projeto ético-político profissional e uma perspectiva societária emancipadora, conforme também é, expresso no documento da ABEPSS no sentido de "uma compreensão do ser social como um ser sócio histórico auto-constituído pelo trabalho e criador da cultura, em suas mais diversas formas de manifestações e modos de fruição" (ABEPSS, 2009, p. 9). Cumpre registrar que esta assertiva fundamenta projetos políticos pedagógicos de importantes IES de Serviço Social (LOLE, 2014).



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Para nossos estudos, destacamos o GTP6 “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”. A constituição deste grupo pode ser um sinal de que o debate de gênero faz “ferver a luta pela hegemonia” (GRAMSCI, 2011) no interior da profissão. Vale refletir sobre sua ementa geral a qual articula os seguintes conteúdos: “Sistema capitalista-patriarcal-racista e heteronormativo. Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. Interseccionalidade das opressões de classe, gênero, raça/cor/etnia, geração e sexualidades” (ABEPSS, s/d, *on-line*).

Considerando a natureza diversa do grupo de trabalho, foram definidas ementas específicas para Gênero; Raça/Etnia; Geração; Sexualidades. Vamos nos deter no conteúdo proposto ao debate de gênero e o de sexualidades, embora as outras temáticas apontem questões igualmente interessantes para a reflexão. Gênero e Sexualidades, muito embora tratados separadamente, guardam articulações intrínsecas e, ainda que “sexualidades” não seja necessariamente um assunto discutido nos estudos de gênero, o gênero está presente nos estudos de sexualidade. Assim temos:

a) Gênero: Divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e reprodução social no capitalismo; Condição social das mulheres e políticas públicas. Violência contra mulher e a Lei Maria da Penha: atualidade e desafios. Feminismo: teoria, história, debates e dilemas estratégicos na contemporaneidade. Feminismo e Serviço Social e Projeto Ético-Político do Serviço Social.

d) Sexualidades: Diferentes expressões de homofobia e sexismo. Diversos arranjos familiares e opressões associadas às sexualidades não hegemônicas e às múltiplas expressões de feminilidade e masculinidade. Violações dos direitos sexuais no campo dos direitos humanos. Políticas públicas, gênero, sexualidade e serviço social. Movimentos sociais de enfrentamento à homofobia e ao sexismo. (ABEPSS, s/d, *on-line*).

No eixo do gênero vemos que a categoria é apreendida com a perspectiva dos estudos de mulher. A partir dos anos 1980 gênero passou a reconfigurar análises dos estudos de mulher, trazendo o debate gênero como modo de apreensão de relações entre mulheres-homens, homens-homens, mulheres-mulheres; além de colocar em discussão a própria constituição desses sujeitos e de suas identidades a partir das interpretações sociais e culturais que lhes são dirigidas.

Essa inflexão do debate da questão da mulher no eixo do GTP tem como implicação uma apreensão das políticas públicas e do campo dos direitos como matéria específica das mulheres, indicando uma feminilização dessas estratégias. Vale ressaltar, sobretudo, a importância conferida ao debate da divisão sexual do trabalho na ementa do grupo, reforçando a hipótese de que o Serviço Social busca no debate de gênero as zonas de confluência com a tradição marxista.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

O GTP6 foi criado em 2010, no âmbito do Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS), que ocorreu no Rio de Janeiro e, dois anos depois, no encontro ocorrido na cidade de Juiz de Fora, foi realizada uma avaliação do grupo onde se destacou que as pesquisas vinculadas ao GTP tem se concentrado na região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, além de se desenvolverem de forma isolada. Situação que parece ter se alterado em parte, na medida em que o grupo passa a ser coordenado por professoras oriundas de universidades do nordeste, além dos números 27 e 28 da Revista Temporalis – revista criada em 2000 e editada pela ABEPSS – dedicado a esta temática, indicar autores provenientes daquela região.

Cabe destacar no balanço realizado pelo GTP (TEMPORALIS, 2014) que a discussão de gênero é considerada a que tem tido maior visibilidade nos últimos tempos, se comparada aos demais eixos que compõem o grupo, utilizando-se como evidência desse fato o aumento de trabalhos apresentados sobre a área entre os ENPESS de 2009 e 2012. Ainda assim, o grupo considera que há reduzida produção sobre o assunto e aponta dificuldades para a construção de um “estado da arte” dos estudos de gênero no Serviço Social.

É importante destacar os rumos conceituais e teóricos traçados pelo grupo, especialmente na medida em que aderem ao debate recente produzido no âmbito das teorias de gênero relativo às noções de “interseccionalidade” e “consustancialidade” das categorias, indicando a intenção de provocar uma revisão na ementa do GTP. Curioso notar que a discussão do conceito de gênero em si não seja alvo de reflexão do grupo, na medida em que a ementa mobiliza os estudos em torno da categoria “mulher”, conforme apontamos acima.

Como um dos acúmulos teóricos possibilitados pelo seminário, destacamos a concepção de ‘consustancialidade’ e de ‘coextensividade’ das relações sociais de sexo, raça/etnia e classe, sobre as quais nos explica Kergoat (2012, p. 126-127): ‘As relações sociais são consustanciais: elas formam um nó que não pode ser sequenciado ao nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são coextensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de ‘raça’, se reproduzem e se coproduzem mutuamente’. [...] Considerar essas relações como adicionais, ou seja, somáveis, pode nos levar à segmentação positivista de entendê-las como dimensões separadas e não enoveladas, conforme propõe Saffioti (2004). Como na ementa do GTP não partimos dessa concepção, mas sim da noção de ‘interseccionalidade’, promoveremos o debate sobre tais concepções no próximo colóquio, que ocorrerá no XIV ENPESS, em Natal, em dezembro de 2014, com o intuito de deliberarmos sobre a possibilidade de alteração na ementa. (QUEIROZ *et alii.*, 2014, p. 238-239).

Essa movimentação do Serviço Social em torno dos estudos de Gênero reforça a perspectiva de que é no âmbito das teorias de gênero que o articulam como elemento da



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

dinâmica do trabalho que o Serviço Social encontrará pontos de consonância com o projeto profissional. Além disso, a tendência a buscar um único modo de tratar a questão de gênero pode gerar uma desconsideração de outras apreensões do debate muitas das quais também vigoram no campo da teoria crítica marxista, porém apontam elementos analíticos diversificados.

Cumprir destacar os desafios encontrados no que tange o incremento dos estudos e pesquisas sobre gênero na profissão. O artigo de Queiroz *et alii* (2014) observa uma resistência no campo do Serviço Social – fenômeno bem conhecido na década de 1980, quando os debates sobre gênero adentraram a academia em várias áreas disciplinares –, segundo a qual haveria uma interrogação sobre a necessidade de constituição desse grupo temático, sob a alegação de que as mesmas “transversalizam” os demais eixos dos GTPs. Não apenas sabemos que isso não assegura que tais campos de análise examinem efetivamente esses temas, como reconhecemos que a trajetória da área de estudos de gênero em distintos cenários disciplinares tem sido marcada pela invisibilidade.

Outro desafio encontrado refere-se à fraca interlocução entre os temas que compõem o GTP6, gerando a proposta de subdivisão das áreas, ainda que a intenção seja propiciar a perspectiva de consubstancialidade das relações. Isto nos sugere que ainda temos muito a amadurecer na apreensão das categorias de análise e pesquisa propostas.

Podemos concluir, a partir dos resultados do trabalho no GTP relatados e também de estudos sobre os currículos das IES em Serviço Social (LOLE, 2014), que estão sendo formulados alguns consensos em torno dos estudos de gênero no Serviço Social. Um deles diz respeito à garantia da oferta de disciplinas com esse conteúdo nos Cursos de Serviço Social. Ademais, também é sinalizado o valor formativo dessa matéria ao se defender sua localização em torno dos períodos de realização do estágio supervisionado, articulando dessa forma o debate no plano das ações interventivas, onde, a nosso ver, nascem as condições objetivas de interlocução entre o Serviço Social e os estudos de gênero. Além dessas, outra menção é feita com relação à necessidade de vincular o tema ao grupo das disciplinas “imprescindíveis” para a formação profissional, portanto, a defesa pela obrigatoriedade da oferta da mesma pelas IES. Os GTPs, articulando-se a esse novo cenário na formação profissional vem, no âmbito da pesquisa, legitimar investimentos de estudos nessa matéria.

A par dessas questões oriundas da ABEPSS, encontramos outros vestígios do gênero em dois documentos formalizados pelas entidades: as revisões do Código de Ética de 1993



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

e o Jornal Práxis, produzido pelo CRESS-RJ, ambos articulados ao conjunto CFESS/CRESS.

No que tange o Código de Ética de 1993, já mencionado anteriormente, no ano de 2011 foram realizadas modificações impulsionadas – ou não – pelos estudos de gênero, mas também de sexualidade, particularmente no que diz respeito ao campo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis). Consideramos, como veremos a seguir, que estas reformulações mostram uma acuidade aos sons que surgem da experiência social, das vozes de sujeitos marcados não apenas pela classe social, mas também por outras categorias de diferenciação social.

As correções formais dizem respeito à incorporação das novas regras ortográficas da língua portuguesa, assim como à numeração sequencial dos princípios fundamentais do Código e, ainda, ao reconhecimento da linguagem de gênero, adotando-se em todo o texto a forma masculina e feminina, simultaneamente. Essa última expressa, para além de uma mudança formal, um posicionamento político. Acredita-se que tal posicionamento pode “contribuir para a negação do machismo na linguagem, principalmente por ser a categoria de assistentes sociais formada majoritariamente por mulheres” (CFESS, 2011, p. 13). Mais à frente nos deteremos neste ponto.

Com relação ao conteúdo, as mudanças procedidas foram relativas à modificação de nomenclatura, substituindo o termo “opção sexual” por “orientação sexual”, incluindo, ainda, no princípio XI a “identidade de gênero”, quando se refere ao exercício do Serviço Social sem ser discriminado nem discriminar por essa condição, juntamente com as demais condições já explicitadas no texto. Essas alterações são de suma importância, pois reafirmam princípios e valores do Projeto Ético-Político e incorporam avanços nas discussões acerca dos direitos da população LGBT pela livre orientação e expressão sexual. Portanto, as mudanças aqui evidenciadas são resultado de discussões no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS, em especial na temática da ética e dos direitos humanos.

Na sociedade brasileira, conforme bem relata Guilherme Almeida (2013), as lutas sociais estabeleceram relação com a desigualdade econômica e muitas outras denunciaram expressões da “questão social” com influência cultural. Dar visibilidade a estas expressões de cunho cultural não é vitimizar, como ressalta o autor, e sim possibilitar no cotidiano um espaço de trocas, de socialização de informações, de forma a favorecer uma nova consciência.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

O Código de Ética do Serviço Social foi fruto das lutas sociais instauradas nos anos de 1980 e 1990 por democratização e ampliação de direitos na sociedade brasileira; uma construção coletiva onde a “vanguarda dos/as assistentes sociais não se restringia a assistir o desenrolar das lutas sociais, mas se percebia como um dos protagonistas delas como trabalhadores/as” (ALMEIDA, 2013, p. 75).

No que tange o ponto mencionado anteriormente sobre a linguagem, observamos que a questão da linguagem de gênero no Serviço Social tomou fôlego na entrada da segunda década dos anos 2000. Indícios de um reconhecimento político do debate de gênero ou uma “adequação” ao politicamente correto? Vamos nos aproximar mais desses indícios.

Além do Código de Ética, a questão da linguagem também é apontada na principal publicação de difusão das ações do CRESS-RJ – o Jornal Práxis². No início de 2013 o CRESS-RJ inaugurou o Práxis no feminino, seguindo a mesma orientação da revisão do Código, esse feito foi a partir da edição de número 70 referente a março/abril de 2013. Essa publicação do CRESS-RJ tem uma tiragem de 17.000 exemplares e é enviada aos assistentes sociais via correios e também disponibilizada no site do Conselho.

Observamos neste número do Práxis que inaugura a linguagem no feminino – uma publicação de março de 2013 –, alguns aspectos que nos chamaram atenção, tais como: a publicação ocorre no mesmo mês em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher; a matéria de capa do Jornal é voltada para a temática da supervisão de estágio, o que corrobora a importância que os estudos de gênero adquirem na formação e a necessidade do debate ser concomitante à entrada dos alunos no campo de estágio, além de nos sugerir os efeitos na formação decorrentes da inserção profissional nesse campo de intervenção; traz uma chamada para a reportagem sobre o exercício profissional, mostrando o Serviço Social no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a qual retrata os direitos das mulheres para além do positivismo jurídico.

No texto que descreve os argumentos em torno da decisão de mudança da linguagem, no referido número do Práxis na p. 3, observamos, logo no primeiro parágrafo, que a alteração na regra gramatical se dá para visibilizar a “mulher” no espaço social. Em seguida, afirma-se que: “No caso do Serviço Social, constituído por mulheres, em sua enorme maioria, que acumulam este debate há anos, parece evidente a necessidade de passarmos o genérico para o feminino”; ressaltando que a mudança exige questionamentos quanto aos valores dominantes, sendo a “língua veículo de sua legitimação e reforço”. Transgredir esta

² Jornal bimensal, com tiragem 17.000 exemplares, a partir do número 28 no ano de 2004 passou a ser disponibilizado integralmente em meio eletrônico. Na época (2004), a tiragem era de 10.000 exemplares.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

lógica “não é tão simples quanto decidir trocar ‘o’ por ‘a’”. No entanto, acreditamos na possibilidade de criar novos hábitos e promover a reflexão crítica. Conscientes de que é lento este processo”. A partir deste número todos os exemplares do Práxis cumprem o objetivo de produzir o reforço da perspectiva adotada, trazendo o seguinte dizer: “No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social”³. Questão observada também no site do Conselho, o qual incorporou a questão da linguagem no feminino.

A questão da generalização do termo gramatical a ser usado para se referir a sujeitos marcados por diferenças sexuais relaciona-se a um debate ao mesmo tempo direcionado às regras gramaticais de uma língua e ao processo histórico que a determina. Para Scott (1990, p. 5) essa “referência à gramática é ao mesmo tempo explícita e plena de possibilidades inexploradas”. Assim, mesmo no campo da gramática formal temos, por um lado, o que a autora chama de caráter explícito, que é a forma pela qual nos referimos aos sujeitos, como também encontramos um campo de possibilidades novas, como no caso de línguas indo-européias em que a gramática não é binária, surgindo uma terceira categoria: o sexo impreciso ou neutro.

Sobre o debate da linguagem na perspectiva de gênero, Okin chama a atenção para a “falsa neutralidade de gênero”. Para a autora, os teóricos políticos, no passado, “usavam explicitamente termos masculinos de referência, como ‘ele’ e ‘homem’. Em geral, ficava claro que seus argumentos centrais eram, de fato, sobre chefes de família masculinos” (OKIN, 2008, p. 309). Esse debate, comumente, tem sido realizado como se os termos masculinos dissessem respeito a todos nós, porém nos últimos quinze anos ou mais, as interpretações feministas têm “revelado a falsidade desse suposto ‘adicione as mulheres e misture” (OKIN, 2008, p. 309).

A partir da metade da década de 1970, teóricos vem tentando evitar, de uma ou de outra maneira, o uso genérico de termos masculinos de referência. Ao invés disso,

[...] tendem a utilizar termos como ‘alguém’, ‘ele ou ela’, ‘homens e mulheres’, ‘pessoas’, ou ‘mesmos’, ou utilizar termos de referência masculinos e femininos alternadamente. O problema com essas respostas meramente terminológicas aos desafios feministas é que elas frequentemente comprometem a credibilidade e algumas vezes levam a resultados sem sentido. Termos neutros, se usados sem atenção de fato às questões de gênero, frequentemente obscurecem o fato de que grande parte da experiência real das ‘pessoas’, enquanto elas viverem em sociedades estruturadas por relações de gênero, de fato depende de qual é seu sexo. (OKIN, 2008, p. 309-310).

³ Fonte: Jornal Práxis, Ano VIII, n. 71, maio/junho 2013, p. 3.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

Desse modo, a linguagem de gênero só tem sentido com o reconhecimento político do gênero. A linguagem neutra em relação ao gênero não reconhece as mulheres enquanto sujeitos políticos, contudo o uso da linguagem de gênero deve reconhecer mulheres e homens enquanto sujeitos. Okin (2008) em seus estudos coloca que a linguagem empregada realmente deve fazer diferença, caso contrário, estaremos do mesmo modo escrevendo sobre os homens e, no máximo, sobre as mulheres que conseguiram adotar um padrão de vida adaptado aos homens.

Nessa direção, a adoção do termo genérico no feminino visa dar conta de um processo empiricamente descrito, que diz respeito à predominância das mulheres na categoria profissional. Entretanto, esta inversão do masculino genérico para o feminino genérico acaba invisibilizando a experiência de homens no Serviço Social, além de reificar a categoria “mulheres”, adotada sem as devidas problematizações, tendo em vista que esse termo tem sido objeto de discussão no âmbito dos estudos de gênero.

O investimento em novas linguagens remete à ideia da língua como algo vivo, que está em permanente uso nos jogos diários de significação. Entretanto, para que isso ocorra é necessário que as palavras ganhem o sentido histórico e cotidiano, das ideias e das coisas que elas são feitas para significar, ou seja, é preciso que adquiram o sentido político. Do contrário, cumprem apenas um efeito retórico.

Por fim, destaca-se que os indícios aqui apontados nos sugerem muitas indagações acerca de suas significações para o futuro do gênero no Serviço Social. Levantamos o risco da reificação das identidades de gênero, tornadas substanciais, onde se reitera a apreensão binária, dicotômica que percebe os gêneros sexuais, como homens ou mulheres (ALMEIDA, 2011). Além desse efeito, outro cuidado é o de não deixar de fora a potência da investigação dessas dinâmicas de desigualdades que não são apenas favoráveis aos homens, mas apresentam várias nuances, atravessadas por uma distribuição de poderes nem sempre previsível, mesmo dentro de uma normatividade hegemônica masculina. Senão, como nasceriam as astúcias do gênero?

3. Considerações Finais

Evidências no campo de atuação profissional, local onde são realizados os estágios (eixo central da formação), além das agendas dos crescentes movimentos sociais em torno das questões de gênero, feministas e sexualidades, tem levado a organização da categoria através do conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS a incluir o debate de gênero e outros



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

temas correlatos nos documentos formais, tais como: Código de Ética Profissional e GTPs. O CRESS/RJ assumiu um posicionamento frente a essas mudanças, incorporando a linguagem no feminino no Jornal Práxis e no seu site, conforme debatido neste artigo.

Tais movimentações além de apontar as dinâmicas da realidade social articulam-se aos processos de revisão curriculares nas IES em Serviço Social, as quais vêm paulatinamente incorporando matérias de gênero (sexualidades, raça/etnia e gerações em menor velocidade) na experiência formativa (LOLE, 2014). Com isso, enfatizamos que está sendo mais fácil avançar nos estudos de gênero nos órgãos da categoria do que propriamente nas estratégias de formação profissional.

4. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Corpo e gênero: articulando um debate. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 17-27, dez. 2011.

ALMEIDA, Guilherme. Superando o politicamente correto: notas sobre o sexto princípio fundamental do Código de Ética do/a Assistente Social. In: CRESS (org.). *Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais*. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 74-86.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)*. Brasília, nov. 2009. Disponível em <<http://www.abepss.org.br/files/1-A-ABEPSS-e-o-Fortalecimento-da-Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2013.

_____. *Política Nacional de Estágio da ABEPSS*. Brasília, DF: ABEPSS, maio 2010.

_____. *Documento GTP (Grupos Temáticos de Pesquisa)*. Brasília, s/d. Disponível em <<http://www.abepss.org.br/paginas/ver/20>>. Acesso em: 05 out. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Resolução n. 533, de 29 de setembro de 2008*. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2008.

_____. *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 9 ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere - Volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LOLE, Ana. *Emancipação para quem?: uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, maio/ago. 2008.

QUEIROZ, Fernanda Marques de et alii. Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades: breve histórico e desafios. *Temporalis*, Brasília, v. 1, n. 27, p. 233-241, jan./jun. 2014.

REVISTA TEMPORALIS. *Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades*. Brasília, v. 1, n. 27, jan./jun. 2014.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SITES:

CRESS. *Site no feminino*. Disponível em: <<http://cressrj.org.br/site/>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

Jornal Práxis. Disponível em: <<http://www.cressrj.org.br/praxis.php>>. Acesso em: 10 jul. 2014.